



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1154

**Análises do embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura sobre as “Províncias Ultramarinas”, no processo de independência dos países africanos sobre domínio português (1974).**

José Francisco dos Santos  
(Universidade Estadual de Maringá - UEM)

**Resumo**

A presente comunicação faz parte do primeiro capítulo da tese intitulada “Angola: Ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria (2015)”, o então chefe do Serviço de Informação Nacional, o famigerado SNI, em plena Revolução dos Cravos (1974) é designado pela ditadura Civil-Militar para ser embaixador em Portugal, mesmo sobre manifestações contrárias do governo de esquerda português, Carlos Alberto da Fontoura assumi. No período de sua gestão produz o “Relatório da Embaixada do Brasil em Lisboa “Portugal (continente) - Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: Perspectivas das Relações com o Brasil”, 31 de Outubro de 1974”. O relatório entre os diversos assuntos inerentes ao processo revolucionário em Portugal procura fazer um diagnóstico sobre as denominadas “Províncias-Ultramarinas” entre elas Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, essa análise tinha o intuito de ver quais as possibilidades econômicas e políticas do Estado brasileira, no sentido de substituir a influência portuguesa. Sendo assim o nosso trabalho foi de analisar essas fontes junto com outras produções bibliográficas e de forma crítica ver os reais motivos do interesse do Brasil no processo de independências das “Províncias-Ultramarinas”.

**Palavras-chave:** Processo de independência dos países africanos de “expressão portuguesa”; Diplomacia brasileira; Revolução dos Cravos; Ditadura Civil – Militar; Guerra Fria.

Financiamento: CNPq/CAPES.

**Introdução**

Em meio do desmonte do “Império Ultramarino” refletimos qual foi à influência do Brasil neste processo e para análise teremos como principal fonte empírica deste artigo o relatório escrito pelo então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, no qual apresentou informações para o

governo brasileiro fazendo um levantamento da conjuntura portuguesa pós Revolução dos Cravos e como estava a relação com suas “Províncias Ultramarinas”. O intuito do relatório era subsidiar o Ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira para sua visita a Portugal. Não obstante, a análise acerca deste relatório será acompanhada de bibliografias que discorrem sobre esse período.

Para iniciarmos a reflexão é essencial considerarmos que na maioria das vezes um relatório diplomático tem como intuito informar seu país a respeito dos acontecimentos e possíveis ações que o Estado pode tomar para alcançar benefícios políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, dentre outros aspectos.

O embaixador Fontoura, na introdução de seu relatório, descreve ao Ministro das Relações Exteriores Francisco Azeredo da Silveira<sup>1</sup> como se deu a transição do regime político português, como também o processo de emancipação das denominadas “colônias portuguesas em África.

Importa salientarmos que os militantes que estavam à frente da Revolução dos Cravos, os chamados de Capitães de Abril, tinham tendências de esquerda, que a *priori* traziam algum receio ao governo brasileiro, pois se temia atitudes esquerdistas do novo governo português. Cumpre observarmos que o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, quando foi assumir a embaixada brasileira em Portugal, já em período pós-revolução, não foi bem recebido. O governo português, inclusive, chegou a pedir para que fosse enviado outro embaixador, pelo fato de Fontoura ser militar ligado ao Exército Brasileiro (foi chefe do Serviço de Informação - SNI<sup>2</sup>), sendo assim acusado por exilados brasileiros em Portugal de servir a ditadura civil-militar brasileira.

---

<sup>1</sup> A respeito do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Francisco Azeredo da Silveira registramos sua visão sobre a Revolução dos Cravos: “o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo revolucionário de Portugal. Isso foi muito importante. Quer dizer, me preparei de tal modo, quando senti que... a nota já estava pronta para ser respondida, no momento da comunicação. E isso também foi muito importante porque cortou completamente qualquer tipo de nostalgia ou de solidariedade ou de incompreensão com o que ia acontecer em Portugal, e que, necessariamente, tinha que ter contradições enormes. E, também nesse fim de ano, eu visitei Portugal, o que foi considerado um gesto temerário. Nessa época, fui muito bombardeado com sugestões, algumas simpáticas, outras, até agressivas”. (SPEKTOR, 2010, p. 267)

<sup>2</sup> A respeito do SNI órgão de investigação e repressão da autocracia militar brasileira, o seu fundador, general Golbery do Couto e Silva disse, segundo Elio Gaspari, “Criei um monstro” (*Folha de S Paulo* 2 de junho de 1999). Observamos também que o mesmo autor em seu livro *Ditadura Escancarada* (2002) expõe sobre o SNI: “No aparelho de repressão política montado

Fontoura só conseguiu assumir após o presidente Ernesto Geisel ter acenado que caso Portugal não o aceitasse, a embaixada brasileira em Portugal ficaria sem embaixador. Sendo assim, o governo português aceitou “à força” o representante brasileiro.

No livro organizado pelo pesquisador Matias Spektor, *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), o então ministro das Relações Exteriores do Brasil comenta sobre a posse do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, indagado se houve problemas diplomáticos, Silveira discorreu,

Houve muito problema com ele, sim...Antes de tomar posse, o general Geisel havia negado ao presidente Médici se ele, Geisel que nomearia o [general Carlos Alberto] Fontoura para embaixada em Lisboa. Geisel aceitaria se o Médici fizesse acho que em janeiro [de 1974]. Houve o *agrément* em janeiro e ele foi submetido ao Senado logo na abertura dos trabalhos legislativos em 1º de março e depois foi nomeado pelo Médici. Só sei que ele só foi apresentar suas credenciais ao novo governo português. Antes disso, porém, enquanto ele ainda estava aqui, o novo governo tentou retirar o *agrément*. [...]

Como havíamos exposto em linhas anteriores o governo português não queria o *agrément*<sup>3</sup> de Fontoura, Azeredo comentou como resolveu o problema:

Fui duríssimo com eles nesse telegrama. Disse que eles não tinham o menor direito de se meter de um ato de decisão do governo brasileiro; que tínhamos dado todas as provas de que reconhecíamos, respeitávamos e acataríamos as decisões a nível interno. Em contrapartida, não aceitaria que eles retirassem o *agrément* e que, se fizessem, não mandaríamos embaixador para Portugal. Fiz isso por várias razões: em primeiro lugar, porque não podia estabelecer uma divisão dessa natureza entre o governo Médici e o governo Geisel. O presidente Geisel nunca gostou demais do Fontoura, mas ele sabia o problema político que isso criaria para ele (apud SPEKTOR, 2010, p. 270).

---

pela ditadura brasileira, um oficial classificado no CEI, por exemplo, ficava burocraticamente lotado no gabinete do ministro do Exército. Outro, no SNI, tornava-se parte do quadro de pessoal da Presidência da República. Isso assegura-lhe uma pequena gratificação salarial e uma boa quantidade de pontos no sistema de avaliação funcional que orienta promoções e remanejamentos. Um oficial que entrasse como capitão no circuito SNI-CEI-DOI tinha duas vezes mais chances de vir a servir como adido no exterior do que outro mantido na rotina dos quartéis. [...]” (GASPARI, 2002, p. 26)

<sup>3</sup> Na linguagem diplomática significa consentimento de um Estado para que determinado diplomata estrangeiro seja nomeado para função em seu território [O diplomata, assim aprovado, torna-se persona grata].

No livro *A Ditadura Derrotada* de Elio Gaspari (2002, p. 205 - 206), há um trecho que fortalece o descontentamento do general Geisel com Fontoura: “[...] Não devia confiar sequer no chefe do SNI, general Carlos Alberto da Fontoura retraído, Fontoura era o melhor amigo de Médici”. Vemos que o embaixador enviado para Portugal aquela altura não era unanimidade dentro do corpo diplomático brasileiro e nem do Estado português. Observamos que Fontoura não era um diplomata de carreira, contudo como apontamos acima fazer parte de órgãos repressores (SNI-CEI-DOI) contribuía para acesso de cargo.

Azeredo comentou em depoimento que em sua gestão reduziu ao máximo o número de pessoas que não eram da carreira diplomática, “em determinado momento, só havia um em Portugal, o [general Carlos Alberto] Fontoura, que tinha sido designado pelo presidente Médici e depois, o presidente Geisel ofereceu a embaixada em Paris ao Delfim [Neto]”. (SPEKTOR, 2010, p. 278).

Apresentado o perfil do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, o seu relatório apresenta o quadro de um país em fase de diversas transformações nas quais as relações entre os dois países - Brasil e Portugal - eram complexas por conta do próprio contexto histórico, o fato do Brasil ser uma ex-colônia portuguesa, assim como também sua intensão de posicionar no cenário internacional com maior autonomia e liderança.

A descolonização africana e o próprio período revolucionário português contribuíram para que setores de formação de opinião pública, em parte ligados ao governo brasileiro, enxergassem a importância do Brasil agir com maior protagonismo no desmonte do Estado salazarista.

**Análises de Fontoura sobre as “Províncias Ultramarinas”, no processo de independência.**

Agora propriamente veremos os principais aspectos dos territórios africanos começando por Angola, principalmente no que se refere ao processo de independência, no qual,

Segundo foi aprovado pela Junta de Salvação Nacional em meados de agosto último e mantido pelo Governo Provisório após o 28 de setembro, o processo de descolonização para Angola prevê as seguintes fases, a partir do reconhecimento do direito do povo angolano à autodeterminação “com todas as suas consequências” 1 – cessar-fogo de fato e de direito; 2 - constituição de um Governo provisório de coligação, onde estejam representados todos os movimentos de libertação e outros agrupamentos mais expressivos (inclusive representantes da etnia branca); 3 – elaboração, pelo Governo de coligação, de uma lei eleitoral; 4 – eleição, dentro de aproximadamente dois anos (no mais tardar, em outubro de 1976), de uma Assembleia Constituinte, por sufrágio universal, direito e secreto, cabendo a essa Assembleia elaborar a constituição do novo Estado e a definição das ligações com Portugal; 5 – aprovada a Constituição, dissolução automática da Assembleia Constituinte e realização de novas eleições, de acordo com a Constituição, daí resultando a formação de uma Assembleia Legislativa e de um Governo legitimamente representativo da vontade soberana do povo de Angola.<sup>4</sup>

As propostas feitas pelo Governo Provisório não serão efetivadas, pois como sabemos, são bem mais conflituosas e envolvem outros autores políticos, além de Portugal e Angola. Os movimentos de independência são influenciados por correntes ideológicas ligadas a Guerra Fria, o que deixa o processo de descolonização muito mais complicado.

Prosseguindo na análise das percepções Fontoura acerca das relações entre Portugal pós-revolução e Angola, especialmente sobre o estabelecimento de um Governo Provisório estabelecido em Angola,

Dispõe Angola de um Governo Provisório, que opera através de uma Junta Governativa, presidida pelo Contra-Almirante Rosa Coutinho, de tendência marcadamente esquerdista. Desse governo fazem parte, sobretudo ao nível de Secretária de Estado Adjunto, incumbidas de tratar de assuntos políticos,

---

<sup>4</sup> Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 105.

algumas personalidades angolanas ligadas ao MPLA, como Antônio Augusto de Almeida (irmão de alto dirigente daquele movimento), Teixeira da Silva (irmão do Comandante da Zona Militar Leste, do MPLA) e Fernando Falcão (ex-fundador do MPLA e atual Presidente da Frente Unida, FUA).

Com a decisão da Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA) admitira trégua em todas suas atividades militares, como resultado das conversações de Quinxasa (13 de outubro corrente) com uma delegação portuguesa, e com a aceitação formal do “cessar fogo” pelo Presidente do MPLA, Agostinho Neto (21 do mesmo mês), após conversações com outra delegação lusitana, pode-se considerar que foi cumprida a primeira fase daquele programa, pois a UNITA (União Nacional para Independência de Angola) havia cessado suas ações armadas há mais tempo, logo que Portugal reconheceu o direito das suas colônias à autodeterminação e à independência.<sup>5</sup>

Inferimos que o governo português, embora alegasse um quadro complexo no caso de Angola, evidenciava, na realidade, a tentativa de permanecer, pelo menos como influência para Angola. Uma terra de riquezas imensas, que possibilitou a sustentação do próprio Estado português durante séculos.

## **Moçambique**

A respeito dos acordos de independência de Moçambique, Fontoura discorreu,

Nos termos do Acordo de Lusaca [sic], a administração de Moçambique até a proclamação da independência está assegurada por Alto-Comissário português e um Governo de transição, constituído de um Primeiro-Ministro nomeado pela FRELIMO, nove Ministros, secretários e sub-secretários de Estado nomeados por proposta do Primeiro-Ministro e submetido à ratificação do Alto-Comissário. O Acordo estabelece ainda que os Ministros serão nomeados pela FRELIMO e pelo Alto-Comissário na proporção de dois para um. O Acordo prevê também a criação de uma Comissão Militar mista, composta de igual número de representantes do Governo português e da FRELIMO, tendo como objetivo fiscalizar a trégua. Outros pontos importantes do Acordo:

---

<sup>5</sup> Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 106.

FRELIMO declara-se pronta a aceitar a responsabilidade das obrigações financeiras assumidas pelo Estado português em nome de Moçambique, “desde que tenham sido interesse do território”; o Estado português e a FRELIMO se comprometem a agir conjuntamente para “eliminar os vestígios do colonialismo e criar verdadeira harmonia racial”; será criado um Banco Central de Moçambique, que terá funções de banco emissor; o Estado independente de Moçambique exercerá a sua soberania completa nos domínios internos e externo, estabelecendo as suas instituições políticas e escolhendo o sistema social que considere ser melhor no interesse do seu povo; a FRELIMO, que, “na sua luta sempre distinguiu o povo português do Estado português, envidará todos os esforços para criar uma cooperação fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique”.<sup>6</sup>

Registramos que o relatório de Fontoura menciona a tentativa de separar o Estado português salazarista do povo lusitano, entretanto, no período salazarista houve o estabelecimento de políticas segregacionistas, assim como a ida de portugueses para ocuparem cargos importantes em Moçambique, deixando a população local às margens desse processo.

Não obstante, a influência das ideias da Conferência de Bandung no sentido do não alinhamento, embora na prática saibamos que o contexto da Guerra Fria não permitiu. A respeito de possíveis relações com o Brasil o embaixador comentou,

O diálogo entre o Governo brasileiro e os dirigentes moçambicanos não será dos mais fáceis, não apenas em razão de diferenças ideológicas, mas, sobretudo, pela forma por vezes agressiva em que manifesta o “esquerdismo” daqueles dirigentes. Seja por convicção, seja por atitude, esse comportamento poderá dificultar esse diálogo. Samora Machel, de formação marxista, agraciado em 1972 com a medalha do centenário de Lenine, prima em se expressar em jargões da fraseologia marxista-leninista. Marcelimo dos Santos, Vice-Presidente do Movimento, também é tido como marxista. Joaquim Chissano. Primeiro-Ministro do Governo de transição e número três da liderança da FRELIMO, e considerado o mais moderado dos três. Em entrevista concedida em meados de setembro, esquivou-se de responder de forma direta a pergunta sobre como via as perspectivas das relações entre Moçambique e o Brasil, limitando-se a fazer um série de indagações que não esconderam sua mágoa por não haver o

---

<sup>6</sup> Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 119-120.

Governo brasileiro, quando da luta pela independência de Moçambique, prestado ajuda à FRELIMO e, ao contrário, ter apoiado a política colonial portuguesa. É verdade que não rechaçou a possibilidade de cooperação com o Brasil, mas deixou ao Brasil definir quais poderiam ser as formas dessa cooperação.<sup>7</sup>

A postura do governo brasileiro de não intervir ou se posicionar a favor dos países ocupados pelos portugueses, fez com que os movimentos de libertação olhassem as possibilidades de construção de relações com o Brasil com muita ressalva.

### **Guiné-Bissau e Cabo-Verde**

Para termos uma ideia mais exata sobre os receios da relação dos países africanos com o Estado brasileiro, Ovídeo Melo, que foi com sua esposa Iony Melo a cerimônia de independência de Angola, ficou perto da viúva do líder morto da PAIGC Amílcar Cabral e essa ao saber que eles eram brasileiros disse: “odeio essa gente”<sup>8</sup>. Ao mencionar Amílcar Cabral, o embaixador discorreu sobre o processo de independência em Guiné Bissau e Cabo-Verde,

Pelo Acordo de Argel, firmado em 26 de agosto de 1974 entre Portugal e o Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o governo português conseguiu dissociar o futuro da Guiné do de Cabo Verde, ao aceitar a independência apenas da primeira, limitando-se quanto ao segundo, a reconhecer seu direito à autodeterminação [sic]. O Governo português espera que, através de um consulta popular, seja possível estabelecer um sistema de autogoverno que preserve laços com Portugal, acreditando que a maioria dos cabo-verdianos se sente mais ligada a este país do que à Guiné.

A política do PAIGC é manter Cabo-Verde unido à República da Guiné-Bissau e, para a consecução, inclusive a intimidação e a provocação. É, alias, o que já está ocorrendo. Em meados de setembro, após haverem as forças portuguesas intervindo para debelar distúrbios provocado pelo PAIGC, o Secretário-Geral do partido, Aristedes Pereira, denunciou à ONU a “repreensão” por parte da política e Forças Armadas portuguesas, além de acusar Portugal de “persistir” no

---

<sup>7</sup> Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 121-122.

<sup>8</sup> GASPARI, 2004, p. 150.

exercício da repressão brutal da população”. A campanha do PAIGC em Cabo-Verde está sendo dirigida por Pedro Pires.<sup>9</sup>

Cabo-Verde era um arquipélago desabitado até a ocupação dos portugueses a partir do século XV, virando um entreposto para o comércio lusitano. A população que se estabeleceu em Cabo-Verde foi de escravos e ex-escravos, em sua maioria vindos da África continental. Esses se misturaram à população portuguesa dando origem a uma grande miscigenação, fazendo com que a população cabo-verdiana tivesse maior aceitação entre os portugueses. Um exemplo disso é o fato de que quando não haviam portugueses para ocuparem cargos de confiança, os cabo-verdianos o faziam.

Dessa forma o relato de Fontoura vai ao encontro deste contexto ao mencionar a existência de uma parcela da população que queira a manutenção de um laço com Portugal. Cumpre observar que no processo de independência de Angola, cabo-verdianos que ocupavam cargos de confiança do Estado português foram expulsos.<sup>10</sup>

A Guiné-Bissau obteve sua independência reconhecida internacionalmente, em 24 de setembro de 1973, todavia, Portugal só reconheceu sua independência em 10 de setembro de 1974, após a Revolução dos Cravos. Embora tenhamos a mudança ideológica do Estado português, como vimos anteriormente nesse artigo, Portugal conseguiu *a priori* tratar da

---

<sup>9</sup> Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 122-123.

<sup>10</sup> A respeito da participação cabo-verdiana no processo de administração colonial portuguesa em África registamos, as considerações da historiadora Leila Hernandez: “Ao lado da mestiçagem, outra característica particular de Cabo Verde, refere-se à contribuição da educação formal como meio de mobilidade social ascendente, contribuindo para migrações internas do campo para cidade; entre ilhas; e para própria emigração para países da Europa e das Américas. De parte do governo português, o investimento em escolaridade formal era bastante incipiente e elitista, sendo o índice de analfabetismo muito alto, mantendo-se superior a 70% da população. Em todo caso, o investimento em escola era um projeto familiar das classes dominantes e dos setores da classe média ascendente. Como consequência, formou-se uma mão de obra apta e, sobretudo, “confiável ideologicamente”, uma vez educada segundo os parâmetros ocidentais. Assim sendo, a metrópole portuguesa passou a utilizar cabo-verdianos como correia de transmissão da administração colonial em Angola, Moçambique que e, em particular, na Guiné portuguesa”. (HERNANDEZ, 2008, p. 526)

independência em separado dos dois territórios (Guiné-Bissau e Cabo-Verde).<sup>11</sup>

### **São Tomé e Príncipe**

Outro território africano que conseguiu sua independência de Portugal foi São Tomé e Príncipe. Vejamos o que o embaixador brasileiro discorre a respeito desse pequeno arquipélago,

Devido à pequena extensão do território (943 km<sup>2</sup>) e a sua situação geográfica não se desenvolveu no arquipélago de São Tomé e Príncipe um processo de luta armada pela independência. A população, de origem africana, viveu sempre em extrema pobreza e ignorância. O Gabão abriga em seu território, há vários anos, o único movimento de libertação do arquipélago: o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (MLSTP). Em declaração oficial sobre o assunto, o Governo de Libreville reafirmou sua atitude de “tradicional oposição a toda violência”, que teria levado, inclusive, a impedir o fornecimento de armas aos militantes daquele movimento, reconhecido pela ONU e pela OUA. O Governo gabonês estranhava, contudo, que o Governo de português, em seus pronunciamentos sobre a descolonização, houvesse sempre omitido São Tomé e Príncipe, e reiterava incondicional apoio ao MLSTP. Caso fosse necessário o uso da força – prosseguia a declaração – outros países que não o Gabão estariam prontos a fornecer armas. E concluía instando as autoridades portuguesas a iniciar sem demora o diálogo com os “os responsáveis de São Tomé e Príncipe, todos eles unidos no MLSTP”.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Registramos a considerações da historiadora Hernandez sobre o processo de independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde: “De forma espontânea ou deliberada, os militantes cabo-verdianos participam de um movimento cuja prioridade em termos de estratégia é a libertação da Guiné e Cabo Verde. No período anterior a 1963, esta condição está até certo ponto ofuscada, mesmo porque o PAIGC não admite a completa mobilização e o preparo militar, tendo em vista o início da luta armada na Guiné portuguesa. Só então, as questões de estratégia para enfrentar o governo português fazem que os dirigentes do partido voltem-se com especial atenção para o encaminhamento da luta nas ilhas de Cabo Verde. As palavras de ordem geral, Amílcar Cabral, embora ressaltando a insistência das condições necessárias para o início da luta armada no território cabo-verdiano, refere-se à importância dos progressos quanto à organização partidária e a própria mobilização, sobretudo nos principais centros urbanos e em alguns setores do campo. Mas, de todo modo, deve ficar claro que os movimentos de libertação nacional, ainda sob a mesma liderança político-partidária, uma vez desenvolvendo-se em espaços territoriais diversos, apresentam várias peculiaridades. Uma das razões diz respeito às singularidades histórico-culturais decorrentes de algumas diferenças fundamentais no próprio processo de colonização”. (HERNANDEZ, 2002, p. 187-188)

<sup>12</sup> Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.125-126.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe, assim como Cabo-verde era formado por ilhas desabitadas que foram ocupadas pelos portugueses no século XV. Inicialmente houve a produção de Cana de Açúcar e Cacau, por escravos africanos de várias procedências, mas quando iniciou a produção desses gêneros na então colônia brasileira, as ilhas não conseguiram competir, além disso aconteceram também constantes rebeliões dos escravos<sup>13</sup>. Contudo, após o período dos cultivos de cana de açúcar e cacau, São Tomé e Príncipe tornou-se um entreposto, principalmente de escravos. Registramos foi a após a ocorrência de um naufrágio de navio negreiro, que saiu de Angola para o Brasil, que surgiu o território tomeense, ocupado pelos Angolares, que vivem até hoje na ilha<sup>14</sup>.

Podemos inferir que o MLSTP não deve ter tido maiores percalços para o processo de independência, embora, o relatório do embaixador brasileiro chame a atenção para os noticiários sobre as independências dos territórios africanos.

Fontoura, em sua análise, engloba todos os territórios africanos, que faziam parte das “Províncias Ultramarinas”, sendo elas: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No seu prognóstico as atividades econômicas desenvolvidas por esses territórios não tinham grande expressão de exploração, expondo inclusive que reunidas eram inferiores a muitos países africanos, a exemplo a África do Sul, Nigéria entre outros.

---

<sup>13</sup> O historiador congolês Elikia M'Bokolo, em seu livro *África Negra* (2008) faz considerações a respeito do cultivo da Cana-de-açúcar, embora não seja tema central do nosso trabalho é interessante percebermos as ligações que as colônias vão ter no “modo de produção”: “Um primeiro tipo de escravatura veio à luz ao largo das costas africanas, em relação direta com a organização das primeiras plantações de cana-de-açúcar controladas pelos europeus. Praticada primeiro na Madeira e nas Canárias e depois na ilha de Santiago em Cabo Verde, a cultura da cana-de-açúcar encontrou a sua plena expansão na Ilha de São Tomé. Para o historiador polaco Marian Malowist, “este sistema, muito mais desenvolvido do que na Madeira, do que nas Canárias e mesmo até do que no arquipélago de Cabo Verde, tornou-se um modelo imitado mais tarde pelos portugueses no Brasil, mas também por outros colonizadores europeus na América Central e na América do Sul, assim como nas possessões anglo-saxônicas da América do Norte”. Na realidade, este sistema foi de uma extrema complexidade pois que, juntamente com a escravatura de plantação, os portugueses desenvolveram nesta ocasião uma espécie de comércio triangular no golfo da Guiné e com o reino do Kongo e os seus vizinhos. . (M'BOKOLO, 2009, p. 269)

<sup>14</sup> Para saber mais sobre os Angolares ver o documentário *Mionga ki Ôbo: Mar e Selva*. Editor Dvd fx filmes, 2005. Dirigido por Ângelo Torres.

Contudo, o Estado brasileiro após 1974 toma uma ação mais ativa em relação às chamadas “Províncias-Ultramarina”, ao ponto de ser o primeiro país ocidental, em 11 de novembro de 1975 a reconhecer a independência de Angola dentro do cenário da Guerra Fria, sendo o Brasil um país de governo ditatorial de direita e Angola tinha a frente o MPLA, um movimento ligado a esquerda.

### **Referencias Bibliográficas:**

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada: Sacerdote e o Feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

GASPARI, Elio. *Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. 3ª. Ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *Os Filhos da Terra Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Sumunus, 2002.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: História e Civilizações: Tombo I(até o século XVII)*. Tradução Alfredo Margarido. Salvador/São Paulo: Casas das Áfricas e EDUFBA, 2009.

SANTOS, José Francisco dos. *Angola: Ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria* Tese de Doutorado em Historia Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a*

1975. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

SANTOS, José Francisco dos. *Relação Brasil/Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SPEKTOR, Matias (Org). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV. 2010.